

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União

“Quarentena é quarentena! Será?”

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público junto ao TCU oferece

REPRESENTAÇÃO

COM PEDIDO DE ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

com propósito de que o Tribunal, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Federal, decida pela realização das medidas necessárias a conhecer e avaliar os pagamentos de proventos ao **ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro**, durante o período de quarentena após exoneração do cargo, adotando providências destinadas a determinar que a **Secretaria do Tesouro Nacional** suspenda os referidos pagamentos, ante os indícios de descumprimento dos princípios da legalidade, da moralidade, bem como do art. 6º da Lei 12.813/2013.

- II -

Quarentena é quarentena! Será? Sabe-se que os detentores dos elevados cargos da Administração Pública por vezes têm acesso a informações privilegiadas, assim entendidas como aquelas relacionadas a assuntos sigilosos ou relevantes ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo Federal que tenham repercussão econômica ou financeira.

Com o intuito de salvaguardar o país e evitar o uso de informações privilegiadas em benefício de interesses privados e em detrimento dos interesses da Administração Pública, a Lei n.º 12.813, de 2013¹ impede que algumas autoridades exerçam determinadas atividades privadas no período de seis meses após deixarem seus cargos públicos. **Esse período de impedimento é chamado de quarentena².**

De acordo com o art. 2º da Lei n.º 12.813, de 2013, deverão consultar a Comissão de Ética Pública sobre a necessidade de cumprimento de quarentena **os ex-ocupantes dos cargos: I - de ministro de Estado; II - de natureza especial ou equivalentes; III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e IV - do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.**

Apesar do dispositivo legal impeditivo, a mídia vem informando que o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Moro, foi autorizado a lecionar na docência e escrever em veículos de comunicação com a publicação de artigos:

Comissão de Ética proíbe Moro de advogar, mas libera docência e artigos

Após deixar o Ministério da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, como é praxe na administração pública, consultou a Comissão de Ética da Presidência da República para se certificar quais atividades profissionais poderia exercer ao sair do governo.

A consulta foi analisada hoje pelo colegiado que decidiu proibir o exercício da advocacia pelos próximos seis meses. Moro, assim como acontece com autoridades que têm acesso privilegiado a informações do Estado, recebem durante seis meses a remuneração que tinham.

Ou seja, Moro ainda receberá o seu salário de ministro, de mais de R\$ 30 mil, até outubro deste ano.

A Comissão de Ética analisou ainda o pedido para Moro ser professor. O que foi autorizado pelo colegiado.

¹ Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112813.htm>. Acesso em 22.06.2020.

² Disponível em: < <http://etica.planalto.gov.br/informacoes-de-interesse-de-altas-autoridades/quarentena-1>>. Acesso em 22.06.2020.

As duas decisões foram unânimes, ou seja, tiveram os cinco votos dos atuais membros da Comissão de Ética.

A única decisão que teve votos contrários foi a consulta feita pelo ex-ministro para ser articulista de jornal e revistas. No caso, três conselheiros foram a favor de permitir que o ex-juiz escreva em veículos de comunicação. Outros dois, que eram contra a publicação de textos do ex-ministro, foram vencidos.

Esse foi o primeiro caso do ex-ministro julgado na Comissão de Ética, mas já outros protocolados que devem ser analisados em breve.

Foram contrários a decisão de o ex-ministro de publicar artigos os conselheiros Gustavo do Vale Rocha e Milton Ribeiro.

Normalmente a Comissão possui sete membros, mas, no momento, está apenas com cinco. Compõem o colegiado ainda: o presidente Paulo Lucon e os conselheiros: André Tavares e Ruy Martins Altenfelder.³

Privilegiado com a autorização da Comissão de Ética Pública, é de conhecimento que o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Moro, vem acumulando funções em diversos veículos de comunicação, **dentre os quais a revista “Crusoé” e o jornal “O Globo”**.

Sergio Moro estreia nesta semana como colunista de Crusoé

O ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro estreia na próxima sexta-feira, 19, como colunista de **Crusoé**.

Ele escreverá quinzenalmente para a edição semanal.

Moro, de 47 anos deixou o governo no último dia 24 de abril denunciando a tentativa do presidente Jair Bolsonaro de interferir na Polícia Federal.

Antes de assumir o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, foi juiz federal por 22 anos.

Como magistrado, esteve à frente dos processos da Operação Lava Jato e mandou para a prisão dezenas de políticos e empresários pilhados nas investigações que se desdobraram a partir da descoberta de um megasquema de corrupção na Petrobras.⁴

³ Disponível em : < <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2020/06/02/moro-comissao-de-etica-advogado-professor.htm>>. Acesso em 22.06.2020.

⁴ Disponível em : < <https://crusoe.com.br/diario/sergio-moro-estrela-nesta-semana-como-colunista-de-crusoe/>>. Acesso em 22.06.2020.

Sergio Moro estreia como colunista do jornal O Globo

O ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, estreou uma coluna no jornal O Globo nesta quarta-feira (3), com o um artigo intitulado “Contra o populismo”. “Não é o caso de falar em totalitarismo ou mesmo em ditadura, no presente momento, mas o populismo, com lampejos autoritários, está escancarado”, diz trecho do artigo de Moro no veículo carioca.

No início da semana Moro já havia sinalizado que seria colunista de um veículo de comunicação.

Confira o primeiro artigo publicado pelo ex- juz no jornal:

(...)⁵

Primeiramente, deixo claro que sou totalmente favorável à liberdade de imprensa! Entendo que o papel dos veículos de comunicação é fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito, sendo visto por alguns doutrinadores como um quarto poder do nosso Estado.

Quando os canais midiáticos e os jornalistas (ou colunistas) veiculam informações relevantes estão desempenhando função essencial ao permitir que a sociedade tenha conhecimento e capacidade crítica sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com relação à liberdade de imprensa, a CF/88 em seu artigo 5º, inciso IX dispõe: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O art. 220, § 1º acrescenta: “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”⁶.

Contudo, apesar da minha tendência incentivadora à liberdade de imprensa, entendo que a importância dos veículos de comunicação não deve subjugar

⁵ Disponível em:< <https://gazetabrasil.com.br/politica/sergio-moro-estreia-como-colunista-do-jornal-o-globo/>>. Acesso em 22.06.2020.

⁶ Os respectivos incisos dispostos no art. 5º da CF/88 declaram que:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIV - e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

o princípio da legalidade, o princípio da moralidade e, em especial, o espírito da vontade do legislador ao elaborar à Lei n.º 12.813, de 2013.

Certo é o importante papel dos jornalistas e dos colunistas, **porém é um contrassenso os detentores dos elevados cargos da Administração Pública receberem, durante seis meses, recursos públicos, visto não poderem exercer atividades privadas devido ao seu conhecimento de informações privilegiadas, em cumulação, na prática, com os provimentos privados pelas atividades laborativas nos jornais.**

Questiono-me qual seria o espírito da Lei 12.813/2013. Se por um lado, o dispositivo da quarentena visa proteger o Estado e evitar o uso de informações privilegiadas em benefício de interesses privados pelos ex-ocupantes de cargos do alto escalão, por outro lado, **a quarentena também é um resguardo patrimonial-financeiro dessas pessoas visto que não poderiam estar trabalhando.**

CAPÍTULO III

DAS SITUAÇÕES QUE CONFIGURAM CONFLITO DE INTERESSES

APÓS O EXERCÍCIO DO CARGO OU EMPREGO

Art. 6º Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II - no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.⁷ (grifado)

⁷ Disponível em <: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112813.htm>. Acesso em 22.06.2020.

Em última análise, o dispositivo da quarentena assegura a manutenção da dignidade humana posto garantir que o ex-ocupante do cargo público, mesmo após exonerado – e considerando o impedimento de exercer atividades privadas com quem tenha estabelecido relacionamento em razão do cargo -, receba recursos por um período para garantir sua saúde, seu bem-estar e o de sua família.

Sendo assim, o recebimento de recursos públicos por essas pessoas, mesmo após a exoneração, ocorre porque elas são impedidas de trabalhar em várias áreas devido ao possível conflito de interesses. Se são impedidas, como poderiam se sustentar? Como poderiam manter seus padrões de vida? Como poderiam até mesmo se alimentar? Disso advém a preocupação do legislador em garantir por seis meses, após a exoneração do cargo, a manutenção dos proventos.

Contudo, na prática, o que se tem é que o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Moro, receberá até outubro de 2020 os proventos de Ministro (cerca de trinta mil mensais), mas também receberá recursos da iniciativa privada por atuar nos jornais como colunista.

A meu ver, desde que não se valha das informações privilegiadas que detém, não há problemas na atuação do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública nos veículos de comunicação; **porém, há sim irregularidade quando o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, recebe recursos públicos para deixar de trabalhar (prazo de seis meses da quarentena) quando, em verdade, está trabalhando. Acumulação essa que entendo ser indevida a ensejar possível dano ao erário.**

Presente toda a situação fática aqui exposta e sua flagrante ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e moralidade e das normas correspondentes previstas na legislação de regência (Lei n.º 12.813/2013), **entendo estarem presentes os requisitos necessários à adoção de medida cautelar a suspender o pagamento dos proventos de ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública ao Sr. Sérgio Moro.**

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno do TCU, requer à Corte de Contas, com base no exposto, sejam adotadas as medidas necessárias a:

- a) conhecer e avaliar os pagamentos de proventos ao ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, durante o período de quarentena após

exoneração do cargo, **ante os indícios de descumprimento dos princípios da legalidade, da moralidade, bem como do art. 6º da Lei 12.813/2013;**

- b) adotar **medida cautelar** tendente a determinar que a **Secretaria do Tesouro Nacional** suspenda os pagamentos de proventos ao Sr. Sérgio Moro devido à quarentena do cargo de ex-Ministro da Justiça Segurança Pública;
- c) realizar oitiva do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ante os indícios de descumprimento dos princípios da legalidade, da moralidade, bem como do art. 6º da Lei 12.813/2013 e;
- d) após oitiva, caso as irregularidades não sejam afastadas, proceder com a apuração do dano ao erário com a consequente devolução aos cofres públicos dos valores recebidos, bem como adotar medidas sancionatórias conforme arts. 57 e 58, II, da Lei 8.443/1992.

Ministério Público, em 22 de junho de 2020.

Lucas Rocha Furtado
Subprocurador-Geral